Formação inicial e continuada de professores - uma exigência do mercado educacional contemporâneo brasileiro

Selva Paraguassu Lopes[1]; Sonia Veras Moura[2]; Suzana Santos de Assis[3]

Resumo: O grande desafio para a geração da melhoria no desempenho docente está relacionado à formação continuada dos profissionais em serviço. A formação do Magistério foi analisada desde a implantação da primeira Escola Normal no século XIX. Instituições privadas brasileiras estão investindo na capacitação de professores por meio de diferentes metodologias que envolvem as modalidades presenciais e virtuais. Será apresentada uma experiência de Formação Continuada de Docentes por uma instituição educativa que conseguiu adesão de 73% de seus alunos. Mais do que trabalhar a ambientação tecnológica, foram abordados diferentes temas geradores de cunho pedagógico como: Planejamento de aulas, Uso de diferentes estratégias mediadoras da construção de conhecimento e Avaliação da Aprendizagem, como exemplo. Temas esses destinados a profissionais da Educação Básica e do Ensino Superior.

Palavras-chave: Formação; Magistério; Mercado educacional

Apresentação

O objetivo deste texto é analisar o cenário educacional brasileiro no que tange aos saberes docentes e sua formação inicial e continuada sinalizando as diferentes possibilidades teórico-metodológicas bem como discutir a maneira que tal formação foi concebida sob a égide das políticas públicas para a construção de uma identidade profissional, bem como relatar a experiência de Formação Continuada de Docentes via WEB.

Trajetória da formação docente brasileira

O tema em questão, Formação de Professores, não é algo que transita no cenário educacional apenas na atualidade. Pode parecer paradoxal falar de algo tão atual e, ao mesmo tempo, tão antigo, tão debatido, tido como essencial, mas estes adjetivos descrevem a sua complexidade. Para que haja entendimento do contexto atual, mister se faz que compreendamos sua trajetória.

Por volta de 1549, chegavam às terras brasileiras os padres jesuítas. Assim iniciou a história educacional no país. Por 200 anos os jesuítas foram os educadores que o povo brasileiro

[1] Mestre em educação pela Universidade Internacional de Lisboa, Especialista em Educação a Distancia pela UNB, Especialista em Educação de Jovens e Adultos, Graduada em Pedagogia, Coordenadora do Curso de Pedagogia da FAPRO Ceilãndia
[2] Mestre em Educação, Graduada em Letras e Pedagogia, Coordenadora Pedagógica rede CNEC
[3] Mestre em Educação, Supervisora Pedagógica rede CNEC

conheceu. Somente na metade do século XVIII, com a decadência do modelo Jesuítico e expulsão destes, iniciou-se o processo de laicização, surge então a figura dos professores régios.

Foi a partir do século XIX que percebeu-se a urgência de universalizar a formação dos professores o que resultou na Organização dos Sistemas Nacionais de Ensino. Este foi idealizado em um amplo conglomerado de escolas no mesmo formato e assim surge a demanda de grande número de professores para atuarem nestes estabelecimentos. E para atenuar este impasse, foram criadas as Escolas Normais, em nível médio, que formariam os professores para os anos iniciais e para o ensino secundário seriam formados em nível superior, nas chamadas Escolas Normais Superiores.

Segundo Tanuri (2000), o estabelecimento das Escolas Normais destinadas ao preparo específico dos professores está ligado à institucionalização da instrução pública. Antes que se fundassem as primeiras instituições destinadas a formar professores para as escolas primárias, já existiam preocupações no sentido de selecioná-los. A Lei de 15/10/1827, que mandava criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, também estabelecia exames de seleção para mestres.

Em Saviani (2008) encontramos uma síntese da presença pedagógica na formação docente no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX.

a) Ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890) que se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras que obrigava os professores a se instruírem no método do ensino mútuo, às próprias expensas, que se estende até 1890 quando prevalece o modelo das escolas normais. Em 1834 foi promulgado o Ato Adicional que estabeleceu que a instrução primária era de responsabilidade das províncias, modelo esse egresso dos países europeus.

b) Estabelecimento e expansão do padrão das escolas normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo. Segundo Saviani (2008) a reforma foi marcada por dois vetores: enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores; e ênfase nos exercícios práticos de ensino, cuja característica foi a criação da Escola-Modelo anexa à Escola Normal, na verdade a principal inovação da reforma. De fato, foi por meio dessa escola de aplicação que o modelo pedagógico-didático se tornou a referência para a formação de professores propiciada pelas Escolas Normais. Os reformadores estavam assumindo o entendimento de que sem assegurar, de forma deliberada e sistemática a preparação pedagógico-didática não se estaria, em sentido próprio, formando professores.

c) Organização dos Institutos de Educação (1932- 1939), cujos marcos foram as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal em 1932 e de Fernando de Azevedo em São Paulo em 1933.

d) Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).

e) Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996). Em 1971 veio a Lei de Diretrizes e Base da Educação –LDB n. 5.692/71 que modificou os ensinos

primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. Nessa nova estrutura desapareceram as Escolas Normais oferecendo a possibilidade do professor assumir o início da escolarização brasileira.

f) Aprovada a atual LDB 9394/96, a Constituição Brasileira em 1998 em 2006 o Conselho Nacional de Educação cria a Resolução CNE/CP n. 1, de 15/5/2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia.

Alarcão (2003) ao discorrer a respeito da formação do professor universitário reconhece que este necessita de uma formação pedagógica e que tal formação é basilar na prática docente superior e que tal formação deve alicerçar-se no tripé: legal, pessoal e técnico.

A educação superior é revestida de uma roupagem que a apresenta como sendo uma atividade complexa e intencional demandando assim de um profissional com formação sólida, com base teórica consistente, sustentada em diferentes saberes. Neste sentido alguns teóricos corroboram com a ideia da premente necessidade da formação docente continuada.

Nessa linha, Freire (1996, p.31) nos diz que "ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se 'dispõe' a ser ultrapassado por outro amanhã."

Percebe-se, contudo, que a chamada prática pedagógica, independentemente do nível de ensino, dever amalgamar-se não somente em conteúdos propostos, em matrizes curriculares rígidas, descontextualizadas. Deve-se pensar no profissional da educação, como o responsável pela formação, transformação, ensino, aprendizagem e neste complexo emaranhado chamado educação a produção de saberes não pode ser dissociada da vivência e da continuidade.

Para Brito (2008) na formação do professor, seja para a educação básica, seja para a universidade, é imprescindível que os profissionais da educação produzam saberes que os tornem cada vez mais competentes e ativos no processo de ensino-aprendizagem.

Como nos diz Gauthier (1998, p.78)

> o que falta para o professor ser reconhecido como profissional (um dos elementos) é a falta de um repertório de conhecimentos do ensino. O fato de dispor de um corpus de saberes relativamente confiável pode constituir em um argumento de valor para se constituir o profissionalismo. É difícil perceber como um grupo que aspira o status de profissão pode persuadir a sociedade a delegar-lhe o exercício exclusivo de uma função se ele não demonstra nenhuma forma de especificidade em seu saber e em sua ação

A discussão sobre a formação docente vem sendo avaliada, reavaliada no intuito de ser reconstruída em um devir constante, tendo em vista a célere transformação social, tecnológica, econômica etc. No Brasil, especificamente, as mudanças sinalizam que os processos formativos não podem desconsiderar as especificidades das situações imbricadas no ensino. As novas competências, habilidades e saberes que o ofício preconiza requer esse milênio a convicção de um profissional inacabado, por se construir sabedor que o trabalho docente é reconhecidamente multíplice, costurado por matizes variáveis e em zonas

indeterminadas. O que propõe ao profissional um desafio constante, exigindo deste profissional o saber construir/reconstruir ciente da relevância do saber, do saber ser, do saber fazer e do saber conviver. As políticas públicas que se referem à formação de Professores estabeleceram a exigência de formação superior em cursos de licenciatura plena para o exercício da docência na educação básica. Isso foi previsto pela LDB (Lei n.9.394/96), art. 87.

A Formação Continuada de Professores

Com o objetivo de elevar os níveis de qualidade da educação nos países em desenvolvimento, foram criadas políticas públicas que, além de promover a melhoria do conhecimento dos professores, instaura como estratégia a formação continuada em serviço.

Justificativa para a necessidade de implantação de Programas de Formação Continuada de Docentes

- Substituir a docência pedagógica tradicional, a fim de recompor o equilíbrio entre os esquemas teóricos e práticos que sustentam a prática educativa contemporânea;

- socializar conhecimentos que superem o senso comum e configurem uma prática pedagógica refletida e, portanto, ressignificada;

- expandir a compreensão dos processos didático-pedagógicos, em especial: relação professor–aluno–saber, concretização do processo ensino–aprendizagem, planejamento de ensino–aprendizagem híbrido, mediação pedagógica e avaliação da aprendizagem.

Para Pimenta (2002, 29) formação docente e prática pedagógica não andam em sintonia. Isso pode ser observado na abordagem sobre a lacuna entre a formação e a atuação na realidade da sala de aula “distanciamento e a impropriedade dessa formação em confronto com as necessidades de uma escolaridade básica de qualidade”.

Programas do MEC para Formação Continuada de Docentes:

Em 1999 foi criado o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação) para professores leigos. Foi implementado com o sentido de propiciar qualificação aos docentes que já atuavam, mas que não possuíam nenhuma certificação para o magistério.

Em 2004, foi criada a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores do sistema público de Educação no Brasil. A metodologia utilizada é híbrida e, portanto, mescla os encontros presenciais com as atividades virtuais. O MEC oferece suporte técnico e financeiro, coordena o programa e é apoiado pela colaboração dos estados e municípios. As áreas de formação ofertadas são :

- Alfabetização e Linguagem.

- Educação Matemática e Científica.

- Ensino de Ciências Humanas e Sociais, Artes e Educação Física.

Em 2004, para combater a reprovação e a evasão escolar, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, em articulação com os sistemas de ensino, que implementa políticas educacionais nas áreas de:

- Alfabetização,

- Educação de Jovens e Adultos,

- Educação Ambiental

- Educação em Direitos Humanos,

- Educação Especial

- Educação do campo

- Educação Indígena

- Educação quilombola

- Educação para as relações étnico-raciais.

Suporte legal para Formação Continuada de Professores.

Algumas ações de políticas públicas foram fundamentais para a instauração de Programas de Formação Continuada em diferentes espaços educativos institucionais.

- No que se refere à formação continuada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, define, no art. 63, inciso III, que as instituições educacionais deverão manter "programas de formação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis".

- Criado em 2007 e com duração até 2020, o FUNDEB - Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação centrou sua ação na perspectiva do financiamento, oferta e implementação de Projetos de Formação Continuada.

- O Plano Nacional de Educação 2011, estipula em sua meta :

Formar em nível de pós-graduação cinquenta por cento dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Segundo Mizukami (2002, p. 16), a ideia de processo contínuo na formação de professores se ancora na premissa de estabelecimento de um fio condutor que vá produzindo os significados ao longo da trajetória docente,garantindo coerência e contemporaneidade entre a formação inicial e experiência pedagógica de sala de aula.

A Educação Continuada auxilia os professores a participar intelectualmente do contexto globalizado, articulando conceitos e saberes com as experiências de mediação do conhecimento de seus alunos.

A Formação continuada permite que a pesquisa seja percebida como uma dimensão da formação humana, que seja capaz de se envolver com a formação integral de seus alunos, que expanda no educador a dimensão interdisciplinar em sua ação pedagógica, promova o suprimento de déficits na formação inicial, favoreça a autonomia intelectual dos profissionais para que assumam o compromisso da colaboração na construção do conhecimento humano.

Relato de uma experiência de formação continuada de professores pela WEB

O Centro de Ensino Tecnológico de Brasília – CETEB, nos seus 44 anos de existência, antecipou-se às transformações sociopolíticos e tecnológicos, tornando-se uma das instituições brasileiras pioneiras na implantação e no desenvolvimento da Educação a Distância, metodologia de ensino desafiadora para o então momento histórico. Destacam-se entre seus parceiros Ministérios da Educação, da Saúde, do Trabalho, entre outros, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, órgãos internacionais como UNICEF, PENUD, além de Universidades Federais , Municipais e Estaduais, e parceiros internacionais. De 1975 a 1979, o CETEB executou juntamente com o ministério da Educação o Projeto Logos II ,que capacitou a distância professores leigos em todos os estados do País.

Alcançar os professores, muitos deles em zonas rurais de difícil acesso, exigiu estudos detalhados, de forma a desenvolver uma metodologia que atendesse a essa clientela, tornando-se, portanto, um dos pioneiros em Ensino a Distância e Formação de docentes no Brasil, no momento em que não se contava com as Tecnologias da Informação. Em decorrência dessa experiência, nasceu em 1985, a Escola Abertado CETEB, citada neste trabalho como experiência exitosa de Formação Continuada de Professores a distância.

Os cursos da Escola Aberta, desenvolvidos de forma a possibilitar o estudo autônomo, moldam-se aos interesses, as necessidades e às possibilidades de tempo e local de cada aluno. Inicialmente, por muitos anos,os cursos da Escola Aberta do CETEB foram ofertados por correspondência; o aluno recebia o material impresso, a tutoria desenvolvia-se via correspondência, telefone, fax e as atividades avaliativas, realizavam-se em seus domicílios e enviavam-se, via correios, para correção , feedback e , após aprovação, certificação.

Impulsionado pelas mudanças tecnológicas e globalizantes de um mundo moderno e em constante processo de mudanças, a Escola Aberta foi motivada a investir em novas metodologias, diversificar conteúdos e repensar sua prática. Investiu em inovações educacionais, passou a utilizar novas tecnologias educacionais atendendo as exigências do mercado educacional contemporâneo. Investiu na excelência de seus curso com objetivo de formação continuada de professores, que é uma exigência legal brasileira (Leide Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei 9394-96) e produz resultados positivos na aprendizagem dos alunos, uma vez que gera melhor peformance dos docentes e revitaliza a prática docente.

A mediação da aprendizagem passou a ocorrer por meio de ambiente virtual de aprendizagem (AVA), conteúdos on-line, material impresso interativo, permanentemente revisto e

atualizado; criou-se um site (www.escolaaberta.com.br),aconteceu a participação em redes sociais como twiter (www.twitter.com/escola_aberta), facebook (www.facebook.com/cetebescolaaberta) e instagram (www.instagram.com/escolaaberta), ampliando as oportunidades dos alunos diante de novas perspectivas de construção de conhecimentos.

De acordo com seu Plano de Valorização do Magistério, a Escola Aberta oferece cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento, desenvolvidos por meio de educação a distância, através de ensino personalizado, com as seguintes características:

- maior agilidade no planejamento e execução dos cursos;
- acompanhamento preciso, individualizado e contínuo de aprendizagem;
- ritmo próprio de construção do conhecimento e autoaprendizagem, ou seja, capacidade de o aluno aprender a aprender (metacognição);
- local de estudo definido pelo aluno;
- material didático (Caderno de Estudos e Pesquisa) que encarna em si o próprio método;
- alunos contam com orientação do professor tutor e ocorre interações entre todos participantes da comunidade de aprendizagem;
- superação de barreiras geográficas e redução de custos para o aluno;
- aprendizagem é aferida por meio de avaliações que expressam aspectos teóricos e práticos, abordados nos materiais didáticos, discutidos nos fóruns , nos chats e por e-mails ;
- Existe uma biblioteca virtual com inúmeros títulos para consulta;

Atualmente a programação da Escola Aberta para professores e educadores está constituída por 180 cursos como:

- A comunicação em sala de aula
- Psicologia para que ensino
- O trabalho em grupo diversificado
- Praticas pedagógicas na diversidade
- Estratégia de Ensino e Aprendizagem

Os demais cursos ofertados podem ser consultados no site da Escola Aberta:Baseando-se nos relatórios anuais da Escola Aberta, estima-se que o número de matrículas já ultrapassou a 70 mil alunos atendidos, de todas as Unidades Federativas, sendo a clientela constituída, na sua maioria, por professores que se inscrevem pela aplicação profissional dos curso e, ainda, pela necessidade de se manter atualizados ou aprofundar seus conhecimentos.

Tendo em vista o sucesso dos cursos, atualmente, são ofertados pela Escola Aberta em torno de 300 curso, distribuídos em outras áreas como Direito, Saúde, Tecnologia da Informação, Administração Pública etc. As inscrições são realizadas individualmente nos cursos de Formação Continuada do Professor, ou por meiode parcerias com instituições como Secretarias de Estaduais e Municipais de Educação e Escolas particulares.

Os curso de formação continuada de professores, aqui relatados são avaliados por meio dos dados coletados pelo Sistema de Informação da Escola Aberta, das observações feitas pelos alunos, dos relatórios elaborados pela Coordenação da Escola Aberta e também pela avaliação externa. Os resultados das avaliações são analisados sob seus aspectos mais significativos, interpretados e conclusões são obtidas com o propósito de aprimorar os cursos da Escola Aberta e atender, da melhor forma possível, as necessidades de sua clientela.

A seguir, apresentam-se resultados obtidos e visualizados graficamente com relação ao grau de satisfação dos alunos com relação aos cursos de Formação Continuada de Professores realizados. Para esta avaliação consideram-se as variáveis: grau de satisfação do aluno, nível de conhecimento propiciado e aplicabilidade. Não será mencionada nas tabelas a Fonte de Dados em decorrência de todos os dados serem oriundos de pesquisa de campo com instrumento único –Questionário.

Avaliação dos cursos de formação continuada de professores pela web

Grau de satisfação dos alunos

A avaliação desta variável realizou-se mediante a análise dos indicadores especificados.

Nota-se que, para esta variável, os dois indicadores obtiveram a valoração máxima, ou seja, pontuação 5. Dos alunos questionados, 73% informaram que o curso atendeu as expectativas que eles tinham ao iniciá-lo e 64% disseram que a realização do curso motivou-os a participar de outros cursos de FORMAÇÃO CONTINUADA por meio da educação a distância. Estes dados retratam que a maioria dos alunos está satisfeita com o curso.

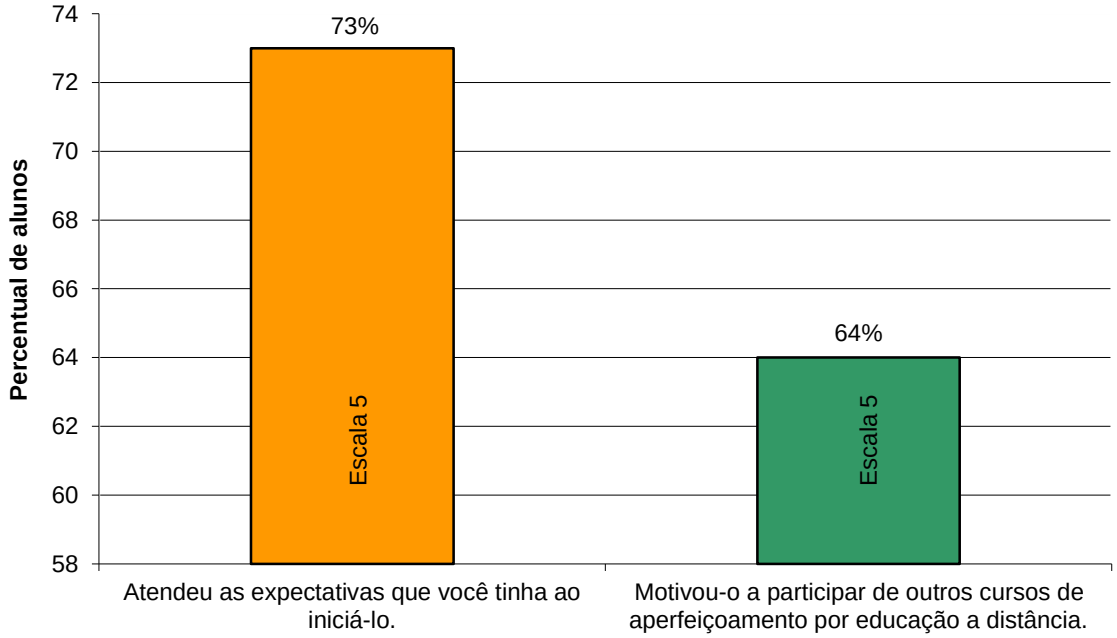


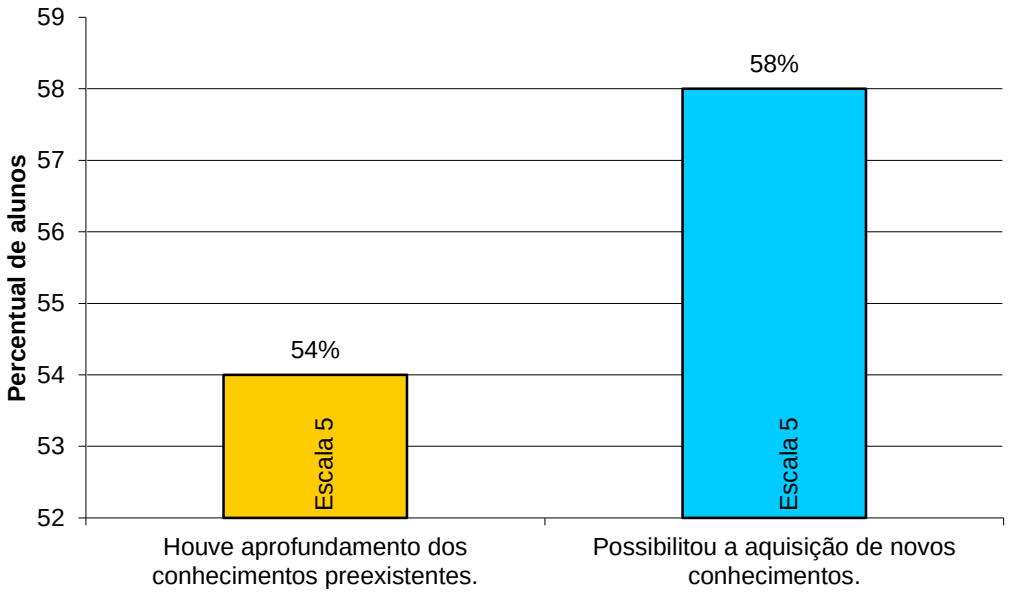
Gráfico 01: Pontuações máximas obtidas pelos indicadores do grau de satisfação dos alunos com relação ao curso.

A avaliação geral do curso com relação ao grau de satisfação dos alunos foi positiva. Reuniu elogios da maioria dos alunos o que demonstra que suas expectativas com relação ao curso foram atendidas e que eles estão motivados a realizar novos cursos DE FORMAÇÃO CONTINUADA pela web.

Nível de conhecimento propiciado

Ao se avaliar o **nível de conhecimento propiciado pelo curso**, objetivou-se verificar se o curso oportuniza o aprofundamento de conhecimentos preexistentes e a aquisição de novos conhecimentos. Verifica-se que o indicador referente ao **aprofundamento dos conhecimentos preexistentes** obteve a pontuação 5de 54% dos alunos questionados e que o indicador sobre a **possibilidade de aquisição de novos conhecimentos** também obteve pontuação 5, de 58% dos questionados. Assim, para a maioria dos alunos, o curso a distância da Escola Aberta propicia o aprofundamento dos conhecimentos preexistentes e a aquisição de novos conhecimentos.

Gráfico 02: Pontuações máximas obtidas pelos indicadores do nível de conhecimento propiciado pelo curso



Aplicabilidade

Avaliou-se para esta variável, a aplicabilidade do curso, ou seja, a melhoria que o curso propicia no desempenho profissional dos cursistas e as inovações na atuação pedagógica. Todos os indicadores apresentados obtiveram a valoração máxima, pontuação 5. Nota-se também que a incidência nas valorações 1 e 2 foi nula o que demonstra que o curso pode ser considerado excelente em termos de aplicabilidade. Segundo os dados coletados, 76% dos alunos indicaram que o curso propicia melhoria do desempenho profissional, 84% informaram que houve melhoria na maneira de atuar em sala de aula, 79% sentiram

satisfação ao realizá-lo e 83% puderam aplicar novos conhecimentos e habilidades no trabalho.

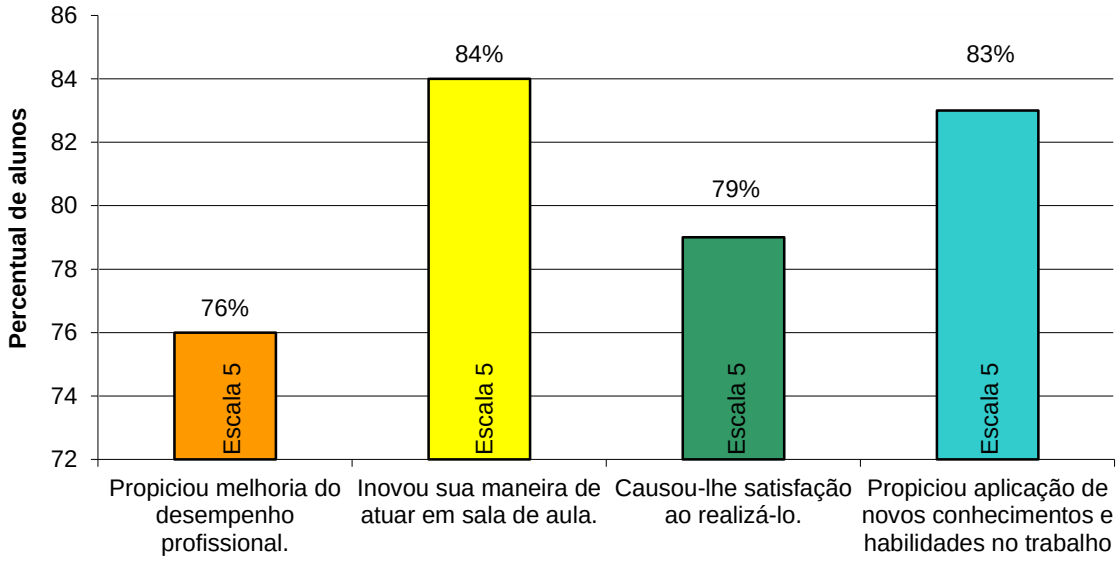


Gráfico 03: Pontuações máximas obtidas pelos indicadores de aplicabilidade do curso.

Conclusão

O relato dessa experiência teve como propósito descrever o interesse brasileiro pela qualificação de seus educadores, do século XIX aos dias atuais com ênfase tanto na formação inicial quanto na continuada.

As instituições educativas abriram frente para a formação de seus educadores em serviço e outras optaram por oferecer cursos livres para profissionais tanto da rede pública quanto do ambiente privado.

A segunda abordagem foi realizada pela Escola Aberta do CETEB que desde 1968 se dedicou a promover a formação continuada para educadores, principalmente, docente.

Foi possível validar positivamente esses cursos por meio de pesquisas de reação com o alunado. Os cursos de Formação Continuada de Professores pela WEB foram bem-avaliados pelos alunos egressos, nas variáveis investigadas, o que representa a aprovação dos temas, da modalidade de ensino, das estratégias de avaliação e, em especial, pelo conhecimento gerado e desenvolvido em colaboração.

Embora existam barreiras a serem vencidas e ajustes a serem realizados, via Web, de um modo geral os cursos da Escola Aberta estão atingindo seus objetivos e contribuindo para melhoria da qualidade dos cursos de Formação Continuada de Professores a distância no Brasil.

Referências:

ALARCÃO, Isabel , **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

AZEVEDO, Fernando**. A cultura brasileira**. 4.ed., Universidade de Brasília, 1963.

BRITO, Antonia Edna**. Professores experientes e formação profissional**: evocações...narrativas...e trajetórias - ISSN 1518-0743. Linguagem, Educação e Sociedade (UFPI), v. 17, p. 29-37, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 7a edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAUTHIER, Clermont (et. al), Tradução Francisco Pereira**. Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente** - Coleção Fronteiras da Educação. Ijui: Ed. UNIJUÍ, 1998.

MARIN, A. **Educação continuada**: visão histórica e tentativa de conceitualização. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 36, 1995.

MIZUKAMI, M. da G. N. et al. **Escola e aprendizagem da docência***:* processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFCar, 2002

NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação.** Portugal: Dom Quixote,

1992.

NÓVOA, Antônio. **Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente**. In: Teoria e educação. Porto Alegre/RS: Pannonica, V. 04, 1995

PIMENTA, S.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSA, D. E. G.; KHIDIR, K. S. O PDE e a formação continuada de professores. In: FONSECA, M.; TOSCHI, M. S.; OLIVEIRA, J. F. **Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate**. Goiânia, Editora da UCG, 2004.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

Marcos Legais:

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.530, de 1 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540. htm>. Acesso em: out. 2012.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Disponível <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: out. 2012.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/ L9394.htm>. Acesso em: out. 2012.